

Cláudia Maria
Ribeiro Viscardi

Federalismo oligárquico com sotaque mineiro

Incluído entre os seis Estados hegemônicos da República Velha, Minas Gerais valeu-se da forte articulação interna entre suas elites para exercer sobre o poder federal influência consideravelmente maior da que lhe é habitualmente atribuída.

> A historiadora Armelle Enders diagnosticou com propriedade a produção historiográfica acerca do Estado na Velha República. Para a autora, o regime federalista implantado a partir da constituição de 1891 acabou por engendrar um “federalismo historiográfico”, caracterizado pela ausência de análises sobre o modelo de Estado nacional, em contraste com a predominância de estudos regionalizados, ou melhor, estadualizados.¹

O exemplo mais típico desta assertiva foi a trilogia elaborada pelos brasilianistas John Wirth, Joseph Love e Robert Levine, que estudaram, respectivamente, os Estados de Minas Gerais, São Paulo e Pernambuco.² É patente a ausência de trabalhos voltados para a discussão do Estado nacional republicano, a despeito de algumas iniciativas isoladas.

Esse tipo de produção historiográfica acabou resultando em trabalhos regionalizados em suas abordagens, que têm como característica a busca de motivações majoritariamente endógenas, na tentativa de explicação do comportamento das elites dirigentes. Tal abordagem resultou no arrolamento de especificidades que comporiam, por sua vez uma identidade regional, sem levar em conta que aquilo que era percebido como uma exceção ou elemento diferencial se repetia invariavelmente em outras regiões, justamente porque resultava de influências exercidas no âmbito da macropolítica.

As análises sobre Minas Gerais, durante um certo período, não escaparam desse paradigma. O olhar de muitos historiadores esteve voltado para as disputas intra-elitistas mineiras, sem necessariamente relacioná-las a condicionantes de caráter nacional ou mesmo internacional.³ Por esta razão, o papel político de Minas, no contexto da República Velha, foi extremamente estereotipado. A elite mineira foi descrita como conciliadora, fortemente submetida às ordens do PRM e, por isso, apelidada “a carneirada”, vista ainda como aliada incondicional das elites paulistas, além de outras características que

acabaram por reforçar o mito da mineiridade. Toda essa gama de características definidoras de uma suposta identidade mineira foi construída, em sua maior parte, com base no estudo das trajetórias individuais de algumas lideranças que se destacaram, no estudo de suas alianças políticas personalizadas, de suas motivações psicológicas e de suas reações a acontecimentos intrínsecos ao Estado.

Acreditamos ser difícil identificar padrões de comportamento da elite mineira sem atentar para as relações que o Estado travava no âmbito macropolítico. É sabido que o federalismo implantado após o regime monárquico foi extremamente desigual. A posição ocupada por Minas na divisão de poder instituída pelo novo regime e as alianças estabelecidas pelo Estado nesse contexto constituíram-se elementos centrais a definir o comportamento interno de suas elites.

Por outro lado, acreditamos que o acompanhamento das trajetórias dos grupos de poder contribui mais decisivamente para a história política do que as biografias individuais de líderes em destaque. A análise dos arquivos privados permite que sejam identificados variados grupos de aliados políticos que, em geral, agiam compartilhando idéias, projetos e atitudes. O levantamento prosopográfico tem sido muito útil na identificação dos elementos que compõem as culturas políticas de determinados grupos, e essas, por sua vez, acabaram por motivar comportamentos, induzir estratégias e reforçar identidades de grupais.

Portanto, ao se estudar Minas Gerais no contexto do federalismo oligárquico, a partir do estudo dos arquivos privados de importantes líderes do período, buscamos evitar as armadilhas que acabam por reforçar o caráter explicativo de uma identidade mineira, ou seja, de um modelo de comportamento endogenamente constituído. Para escapar a esse paradigma, procuramos explicar o comportamento político da elite montanhesa a partir de suas relações com o contexto nacional, abordando as trajetórias dos grupos e

não de indivíduos isolados de seu contexto. Foram identificados os projetos coletivos, as estratégias, as filiações ideológicas e as afinidades personalísticas. Optamos por abrir mão de paradigmas anteriormente construídos, tais como o de buscar nas fontes o “espírito mineiro”, identificar na bancada parlamentar um comportamento monolítico e monofônico, justificar a atuação política do Estado a partir de sua aliança com os paulistas e atrelar a ação de suas elites dirigentes à defesa dos interesses corporativos dos cafeicultores.

Tomando tal premissa como um desafio, empreendemos um estudo sobre o desempenho de Minas Gerais na primeira experiência federalista brasileira, com o propósito principal de responder à seguinte questão: tendo em vista a grande diversidade entre os membros da Federação, a experiência pregressa de um Estado centralizado, os limites do ideário liberal inspirador das elites nacionais e o predomínio de uma cultura política fundada no coronelismo oligárquico, como foi possível construir um federalismo relativamente duradouro e estável? Qual o papel desempenhado por Minas Gerais nesse contexto? Como esse federalismo conformou o comportamento da elite política mineira? Não buscávamos, portanto, a especificidade característica de Minas, mas revelar os elementos que o Estado teria em comum com os demais membros da Federação, sobretudo aqueles que equivaliam ao seu tamanho e à sua importância.

Reverendo paradigmas

Há cerca de 20 anos, a história econômica da República Velha passava por importantes revisões historiográficas. Data da década de 1980 a publicação no Brasil dos trabalhos de Steven Topik e Winston Frisch.⁴ Partindo de uma crítica às teses tradicionais que vinculavam as políticas econômicas do regime exclusivamente aos interesses das elites cafeicultoras, ambos os pesquisadores – de forma diferenciada – buscaram analisar com profundidade

a condução econômica do país, no período em questão, pelos diferentes governos e nos diferentes setores da economia.

A revisão de teses inspiradas no paradigma liberal e no marxista, ou no weberiano, foi o ponto alto desses dois trabalhos. A identificação de períodos da história republicana nos quais as políticas econômicas implementadas foram de encontro aos interesses dos setores politicamente hegemônicos acentuou a convicção, já manifesta, de que o Estado republicano resguardava para si uma certa margem de autonomia em relação aos grupos exportadores. A esse respeito, os exemplos mais típicos foram as medidas de valorização cambial propostas e implementadas por dois governantes paulistas que se sucederam no poder: Campos Salles (1898-1902) e Rodrigues Alves (1902-1906). Ambos os presidentes eram cafeicultores e foram, ao mesmo tempo, responsáveis pela introdução de políticas ortodoxas e recessivas que prejudicaram interesses consolidados dos setores agroexportadores.

Com essa mudança de enfoque, os próprios agentes econômicos, com seus variados interesses, converteram-se em renovado objeto de investigação.⁵ Ficou patenteado que a complexidade de interesses existentes entre os membros de uma mesma corporação impedia uma ação ou reação unívoca por parte desses setores em relação às políticas econômicas implementadas pelo poder central. Exemplo claro dessa afirmação encontra-se na análise do *Convênio de Taubaté*, principal política de valorização do café. Uma reflexão genérica e apressada levaria a tomá-la como exemplo que contraria a proposição sobre a relativa autonomia do Estado nacional republicano em relação aos interesses dos cafeicultores. No entanto, estudos recentes têm concluído que a política protecionista em questão – resultante de difíceis acordos em cuja implementação o Estado nacional mostrava-se reticente – foi ineficaz para a maioria dos agentes econômicos interessados em sua aplicação, ou insuficiente para resolver os principais

problemas do setor cafeeiro.⁶ Portanto, a relação simplista e direta entre a existência de políticas de valorização do café e a preponderância de interesses dos cafeicultores sobre o Estado nacional republicano foi, em nosso entendimento, oportunamente questionada.

Os autores citados anteriormente reivindicaram, portanto, uma “explicação” no campo da política para suas conclusões. Tal explicação não tardou. Um conjunto expressivo de trabalhos, fundamentado em fontes de caráter bastante diferenciado e tendo como foco diferentes regiões brasileiras, propiciou uma nova reflexão acerca do Estado republicano, a partir do estudo de suas elites regionais.⁷ Algumas importantes conclusões que derivaram desses trabalhos podem ser sintetizadas nas seguintes afirmações:

- ❑ Muito embora os setores relacionados direta ou indiretamente à exportação do café fossem politicamente hegemônicos, oligarquias ditas de segunda ou terceira grandeza (elites fluminenses, gaúchas, baianas etc.) tiveram importância significativa nos processos de decisão política em curso.
- ❑ Em que pese o fato de a aliança entre Minas e São Paulo ter sido hegemônica, isso não impediu a construção de eixos alternativos de poder por parte de outros setores a ela não vinculados.
- ❑ A despeito de o Estado nacional ter a sua sustentação vinculada ao contínuo fluxo de capital estrangeiro para o país – cujo principal motor era a exportação do café –, a política econômica implantada visava também a garantir a estabilidade das finanças públicas e o atendimento a compromissos financeiros junto aos credores internacionais, o que, muitas vezes, fez com que os interesses corporativos dos cafeicultores fossem contrariados.
- ❑ O estudo da aliança Minas-São Paulo precisava ser revisto para que se impusesse um melhor entendimento do período em questão.

Adotando parte das conclusões acima esboçadas e tomando a quarta delas como um desafio, empreendemos

uma pesquisa que constou da análise da rica documentação que compõe os arquivos privados da elite brasileira. Foram consultados 11 desses arquivos, constituídos por correspondências, recortes de imprensa, relatórios, discursos, plataformas eleitorais etc.⁸

Entre os Estados-atores, priorizamos o estudo de Minas Gerais – uma das unidades federadas – por três razões. Primeira, por ter sido Minas a unidade que mais se apropriou do aparelho burocrático estatal ao longo do período, conforme se verá. Segunda, por ter sido o segundo maior exportador de café, superado apenas por São Paulo. Terceira, por ter sido um dos parceiros da aliança que, pressupostamente, dominava o regime oligárquico brasileiro, a qual se pretendia discutir.

Para questionar o modelo que, para grande parte dos historiadores, explicava a estabilidade política da República Velha, qual seja, o da aliança Minas-São Paulo, tornou-se imprescindível entender qual arranjo alternativo teria conferido ao sistema um grau mínimo de funcionalidade. Realizadas as pesquisas, apresentou-se a seguinte proposição:

A estabilidade do regime político republicano foi garantida pela instabilidade das alianças entre os Estados politicamente mais importantes da Federação, impedindo-se, a um só tempo, que a hegemonia de uns fosse perpetuada e que a exclusão de outros fosse definitiva. Tal instabilidade pôde conter rupturas internas, sem que o modelo político fosse ameaçado, até o limite em que as principais bases de sustentação deste modelo deixaram de existir, ocasionando a sua capitulação.⁹

Com a finalidade de confirmar a proposição acima, foi estudada boa parte das sucessões presidenciais ocorridas no período. A escolha das sucessões como objeto de análise se explica por terem sido episódios recorrentes de

construção e desconstrução de alianças políticas. No modelo de federalismo implantado no Brasil, as sucessões presidenciais funcionavam como verdadeiros jogos, tendo como jogadores os Estados membros da Federação, cada um com suas estratégias de ação, fundamentadas nas “armas de que dispunham”. Em cada evento sucessório, foi possível acompanhar o processo de negociação e barganha políticas que resultavam na escolha do candidato à Presidência da República, condição que praticamente garantia a sua eleição.

Na ausência de meios de comunicação mais eficazes, as correspondências e o uso político da imprensa eram vitais para a construção e desconstrução de lideranças. Boa parte dessa documentação encontra-se disponível em inúmeras instituições arquivísticas, permitindo diferentes leituras acerca desses intrincados processos.

Optou-se por analisar todas as sucessões presidenciais a partir do governo de Rodrigues Alves – marcado pela ascensão mineira no federalismo pós-monárquico –, ocasião em que Afonso Pena assumia a condição de vice-presidente da República. É conhecida a constatação de que Minas Gerais viveu, ao longo da primeira década republicana, intensas disputas intra-oligárquicas que prejudicaram, sobremaneira, uma participação mais efetiva do Estado na organização e consolidação do novo regime implantado após 1889.

A experiência prévia de um movimento republicano relativamente frágil, que não empolgou a maior parte das elites políticas mineiras, afastou o Estado das principais articulações políticas que resultaram da proclamação da República. Distante dessas articulações e tendo que se reorganizar internamente em razão das mudanças macropolíticas ocorridas, o Estado viveu ferrenhas disputas internas, reflexos de suas marcantes diferenças – até então, encobertas pela centralização monárquica – e das disputas que dividiam a nação.¹⁰

Muito embora o Partido Republicano Mineiro (PRM) seja habitualmente conhecido pelos pesquisadores como uma instituição monolítica e avessa às disputas internas, e a bancada mineira reiteradamente nomeada como “a carneirada” – dado o seu nível de coesão interna –, encontraram-se nas fontes pesquisadas árduas disputas de caráter pessoal, regional e ideológico pelo poder que, em geral, resultaram na exclusão de muitos dissidentes.

É consenso na historiografia sobre Minas Gerais que as disputas internas mais contundentes, que comprometiam uma ação mais unificada do Estado no cenário nacional, começaram a arrefecer a partir dos últimos anos do século XIX, ao longo do governo de Campos Sales. Seu arrefecimento, contudo, não significou que deixassem de existir. O acompanhamento de todos os processos sucessórios internos (escolha dos presidentes de Estado) e externos (escolha dos presidentes da República) permitiu que fossem identificados diversos momentos em que as disputas intrapartidárias comprometeram uma ação mais exitosa de Minas na Federação. O exemplo mais notório dessa assertiva encontra-se na sucessão do próprio Afonso Pena, quando dissidências internas, congregadas em torno da candidatura de David Campista, impediram a continuidade da presença de Minas no Catete.

A partir da segunda década republicana, a pujança econômica de Minas aliada à sua maior coesão política propiciaram ao Estado condições de reivindicar maior participação nos rumos do novo regime, compatível com seu papel exercido ao longo do regime imperial. Embora relativamente tardia, a ascensão mineira no contexto do Estado federal republicano foi rápida e extremamente eficiente, como se verá.

Uma outra razão para que tenhamos iniciado o estudo das sucessões presidenciais a partir de Rodrigues Alves está relacionada à consolidação, nesse período, de um novo modelo sucessório. Até a ascensão de Afonso Pena, houve predomínio de uma aliança entre o Exército e a



Velhice Precoce
A República: – Meu Pai!
Deodoro: – Você? Minha Filha? Com 38 anos e neste estado?
Charge de Guevara (Manhã, 7-8-1927). In: LIMA, Hermes. *História da caricatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1963.

oligarquia de São Paulo no controle dos rumos do novo regime, resultando em consequência duas presidências militares e três paulistas. Em que pese a participação de outros Estados, inclusive Minas Gerais, na sustentação do regime, a República era claramente controlada pelas elites paulistas, reunidas no forte Partido Republicano Paulista (PRP), tendo como aliados os militares.¹¹

A proeminência do PRP sobre as demais instituições partidárias regionais se explicava não só pela sua coesão interna, mas, sobretudo, pelas disputas intra-oligárquicas vivenciadas pelos demais Estados que teriam condições de disputar com São Paulo o controle do novo regime, como ocorria em Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Sul.¹² Dessa forma, a



Um "cotillon" em família. Mme. Política num gesto alambicado ergue o lenço em sinal de recusa.
Charge de J. Carlos (Caretta, 17-5-1913). In: LIMA, Hermes. *História da caricatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1963.

hegemonia paulista sobre a República começou a ser contestada somente quando essas unidades federadas agregaram internamente parte de suas forças, tornando possível uma articulação alternativa ao controle paulista sobre o regime. Foi o que se deu por ocasião da sucessão de Rodrigues Alves, muito provavelmente em razão da "política dos Estados" implantada por Campos Sales, que

acabou por consolidar no poder, em alguns Estados, facções oligárquicas em detrimento de outras.

Se forem analisadas as sucessões de Deodoro, de Floriano, de Prudente e a de Campos Sales, percebe-se que foram episódios bem menos marcados por disputas entre as unidades federadas, quando comparadas às

sucessões posteriores. Já a sucessão de Alves foi marcada por uma importante mudança. Pela primeira vez, após a proclamação da República, Estados importantes questionaram duramente a pretensão paulista de eleger o quarto presidente, na pessoa de Bernardino de Campos. Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia e Rio Grande do Sul aliaram-se em torno de uma coligação que ficou conhecida como “Bloco”. Essa coligação conseguiu agregar-se em torno de uma chapa composta por Afonso Pena e pelo político fluminense Nilo Peçanha. Contestada por quatro dos seis Estados mais importantes da Federação, a candidatura de Bernardino de Campos teve que ser retirada, mas os paulistas recusaram-se a integrar o governo de Afonso Pena, a despeito da insistência de alguns setores do “Bloco” em incluí-los na aliança.

Pesquisas anteriores tentaram explicar essa crise sucessória pela rejeição dos cafeicultores à ausência de compromissos de Bernardino de Campos com a valorização do café. Ao contrário, Afonso Pena teria se comprometido a efetuar a primeira política de valorização – o *Convênio de Taubaté* –, derivando daí a sua aceitação pela maior parte dos atores envolvidos na escolha. Essa hipótese é aceitável somente a partir de uma convicção que inspirou, durante muito tempo, boa parte da historiografia brasileira, que via os acontecimentos políticos como reféns dos interesses econômicos dominantes. Quando não se compartilha essa convicção, é preciso buscar nas fontes uma explicação alternativa para a rejeição ao nome de Campos em prol do de Pena.

A pesquisa que realizamos permitiu comprovar que, quando o chamado *Convênio de Taubaté* começou a ser efetivamente discutido, a candidatura de Afonso Pena já estava consolidada. Ao mesmo tempo, constatou que a alternativa paulista para o cargo possuía um discurso muito semelhante ao de Afonso Pena, quando se tratava da questão protecionista, o que não justificaria a sua exclusão. Por fim, não se encontrou, na farta documentação analisada, nenhum indício empírico que

relacionasse a candidatura de Pena à efetivação do *Convênio de Taubaté*. Pelo contrário, em análises feitas sobre a implementação do Convênio, percebeu-se que os obstáculos interpostos por Afonso Pena à política de proteção foram inúmeros, daí resultando o atraso na sua operacionalização e a omissão do Estado no controle da mesma, relegando-a a mãos estrangeiras.¹³ É interessante destacar que, a partir desse evento, os paulistas se afastariam voluntariamente das disputas federais, permanecendo no ostracismo, só rompido anos mais tarde, durante longo período.

Dessa forma, a sucessão de Rodrigues Alves foi um evento fundador de uma nova ordem republicana. A aliança constituída pelo “Bloco” impediu a monopolização do poder por um só Estado, no caso São Paulo. A partir daí, todos os processos sucessórios passaram a ser largamente negociados pelos Estados-atores mais proeminentes do regime, tendo a regê-los algumas regras tacitamente aceitas.

Paradigmas alternativos

Acredita-se que a estabilidade do regime republicano baseou-se, sobretudo, na garantia de que seu elemento-motor estivesse nas mãos dos Estados-atores, cujo peso político era diretamente proporcional ao tamanho de suas bancadas federais e ao seu poderio econômico.

Pode-se observar que, ao longo do regime republicano, pelo menos seis Estados foram firmando sua hegemonia: Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro (incluindo o Distrito Federal), Bahia e Pernambuco. Essa hegemonia foi, em parte, herdada do período monárquico. Os critérios utilizados para caracterizá-la foram o tamanho das bancadas de cada Estado, seu grau de autonomia financeira (receita fiscal) em relação aos cofres da União, a concentração populacional e o nível de atuação parlamentar, dentre outros. O grau de participação

de cada Estado nos processos de decisão na esfera federal era proporcional à predominância de tais critérios. O Quadro 1 comprova parcialmente tais afirmações.

Nele percebe-se que os seis Estados citados compunham mais de 60% da bancada parlamentar no período monárquico e tiveram sua representação ligeiramente ampliada na República. Houve, porém, após o novo regime, uma redistribuição de poder entre eles.

Pela ordem, São Paulo foi o Estado que mais lucrou com o novo regime, em termos de representação no Congresso Nacional, seguido por Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Os outros três Estados elencados tiveram a sua representação diminuída. Apesar dessa diminuição, os seis em conjunto compunham mais de 60% do Congresso, tendo ampliado em 2,03% o seu percentual de representação congressual na República, em relação ao período imperial.

A partir dessa redistribuição de bancadas, definiu-se que Estados-atores desempenhariam papel de relevo na nova ordem republicana. Embora não tenham sido operadas mudanças muito radicais, o nível de autonomia concedido aos Estados, aliado às mudanças nos critérios de representação política parlamentar, erigiu um sistema federalista cuja principal marca foi a rejeição da isonomia entre as unidades federadas.

Essa heteronomia seria agravada pela descentralização do Estado nacional. Sabe-se que, ao longo do período monárquico, a concentração das receitas fiscais pelo Império e sua redistribuição entre as províncias mantinham entre elas um razoável equilíbrio econômico e político. Sabe-se, também, que o federalismo fiscal era uma das mais significativas bandeiras da luta pela implantação da República. A mudança implementada pela Carta de 1891 – que reservou aos Estados as receitas derivadas dos impostos sobre as exportações, e à União, as receitas derivadas dos impostos sobre as importações – permitiu que os recursos fiscais gerados pelos

Estados exportadores lá permanecessem, aprofundando as desigualdades econômicas regionais entre eles. Mantendo a desigualdade na representação parlamentar e ampliando as desigualdades econômicas entre os Estados, a República aprofundaria, sobremaneira, seu caráter heteronômico.

O poder político dos seis Estados hegemônicos não se limitava ao tamanho de suas bancadas. Também a ocupação de cargos ministeriais constitui importante indicador de sua influência ao longo da República Velha, como se pode observar no Quadro 2.

Nele, constata-se que, embora os paulistas tenham ocupado mais vezes a Presidência da República (quatro contra três de Minas Gerais) e o Rio Grande do Sul apenas uma (Hermes da Fonseca), Minas foi o Estado que mais se destacou na ocupação de postos ministeriais. Se for levada em consideração que, ao longo da primeira década republicana, a participação de Minas no cenário nacional foi modesta, os índices apresentados tornam-se mais relevantes. Seguindo Minas Gerais, vinham Rio Grande do Sul e São Paulo. No que tange a São Paulo, é compreensível que esse Estado, tendo ocupado por quatro vezes a Presidência da República (não foi incluído nesse cômputo a segunda presidência de Rodrigues Alves, por não ter governado) e sido afastado das principais articulações políticas nacionais entre 1906 e 1914, tenha tido menor representação ministerial que Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Chama a atenção também o caso do Rio de Janeiro. A ocupação de postos ministeriais por políticos fluminenses foi pequena, quando comparada aos demais Estados, principalmente por estarem incluídos no quadro os representantes do Distrito Federal. É razoável supor que a proximidade com a sede do governo pudesse ter contribuído mais efetivamente para a projeção política nacional daquele Estado. A esse respeito, compartilhamos a hipótese de alguns historiadores que

relacionam esse fraco desempenho do Rio de Janeiro às dificuldades de construção de um razoável consenso interno entre suas elites políticas. Somam-se a isso os obstáculos encontrados na construção de uma identidade política própria, exatamente pelo fato de abrigar a sede do governo federal.¹⁴

Mas a supremacia mineira e a dos demais Estados hegemônicos não se limitavam à influência exercida sobre o executivo federal. Outro indicador importante dessa concentração de poder de que eram beneficiários é a ocupação de presidências das principais comissões parlamentares no Congresso Nacional, como apontado no Quadro 3. Nesse quadro, nota-se a grande preponderância mineira em relação aos demais Estados hegemônicos. Minas Gerais, sozinha, ocupava quase a metade das presidências das mais importantes comissões parlamentares. Esses números indicam que o Estado usava como estratégia política priorizar a ocupação de espaço no âmbito do parlamento federal, em razão do peso de sua numerosa bancada. Nota-se, também, que seu poder no parlamento foi ampliado a partir do governo Afonso Pena, período em que se consolidou a ascensão de Minas, após a constituição da aliança com o “Bloco”, que se manteria durante anos à frente.

Em relação ao Rio de Janeiro, a pequena representação nas comissões, desproporcional ao seu peso político no parlamento, medido inclusive pelo tamanho de sua bancada, na qual havia 17 deputados, pode ser atribuída às razões anteriormente aventadas.

Se levada em conta a relação entre o tamanho das bancadas e a ocupação das presidências das comissões parlamentares mais importantes, torna-se perceptível também que os Estados de Pernambuco e do Rio Grande do Sul estiveram sub-representados e os Estados de Minas Gerais e Bahia, super-representados. Já São Paulo teve uma representação proporcional ao tamanho de sua bancada.

O tamanho das bancadas estava relacionado ao número de eleitores de cada Estado que, por sua vez, era determinado pelo número de homens adultos alfabetizados. Acredita-se que cerca de um quarto da população sabia, na época, ler e escrever. Assim, os indicadores populacionais do período podem oferecer mais subsídios para se entender a distribuição de poder entre os Estados (ver Quadro 4).

Por esse quadro, percebe-se a absoluta concentração populacional brasileira nos seis Estados analisados. Em seu conjunto, reuniam quase 70% da população brasileira, o que explica a sua hegemonia política e econômica. Os números relativos à produção industrial desses Estados, em dois anos distintos para os quais os dados estavam disponíveis, mostram que eles concentravam também mais de 80% da produção industrial do país (Quadro 5).

O que muda nesse quadro em relação aos anteriores é a preponderância de fluminenses e paulistas. Como o país era majoritariamente agrário, o desenvolvimento industrial pouco contribuía para a distribuição do poder político entre os Estados, mas, ainda assim, esse é, no conjunto, um indicador importante.

Levando-se em conta a pauta de exportações do país, percebe-se que os produtos mais exportados eram café (em média 60% do conjunto das exportações brasileiras), açúcar, algodão, cacau, couros e peles, exatamente os produtos exportados pelos Estados que são objeto de nossas análises.¹⁵ Também no setor agrário, esses seis Estados eram hegemônicos em relação aos demais.

Barganhas pelo poder

Havia entre os Estados um pacto de garantia da renovação de poder, que impedia a monopolização dos cargos

e abria parcialmente espaço à participação daqueles que compunham o grupo hegemônico. A monopolização do poder, a simples exclusão de um ou mais membros do grupo ou o mero revezamento excludente seriam fatores de instabilidade do regime.

A renovação do poder passava pelas sucessões presidenciais. Porém, o falseamento das instituições democrático-eleitorais vigentes no contexto do regime oligárquico fazia com que a verdadeira disputa entre atores no restrito mercado político se desse não durante as eleições, mas na fase que as antecedia. Nessa fase, ocorria a indicação de um nome para a disputa, seguindo-se seu posterior acatamento por parte das lideranças dos principais Estados da federação. Assim, os mecanismos de escolha escapavam à institucionalidade formal posta em vigor a partir da Carta de 1891, uma vez que as deliberações eram tomadas informalmente por um reduzido e seletivo corpo de atores.

Cada sucessão presidencial implicava na realocação de cargos e na redistribuição do poder. A ausência de partidos gerava a proliferação de blocos, correntes e tendências difusas. Os elos constituídos entre os principais Estados-atores eram de caráter pragmático e se faziam e se desfaziam ao sabor das conjunturas. Não se formaram grupos nacionais duráveis. Assim, a cada sucessão estabeleciam-se coalizões provisórias de partidos estaduais, que rapidamente se dissolviam. Isso conferia ao regime um grau muito baixo de competitividade.

As sucessões presidenciais obedeciam a um ritual próprio. Vencido o primeiro biênio da gestão do presidente eleito, iniciavam-se as articulações com vistas à escolha de um nome para sucedê-lo. Esse processo durava, em média, seis meses.¹⁶ Os nomes dos candidatos deveriam ser lançados por outros Estados, que não o de origem do candidato. Essa formalidade visava levar ao mundo político a informação de que, por trás do nome proposto, havia uma aliança construída entre, pelo menos, dois Estados-atores importantes.

Uma importante válvula inibidora da monopolização da Presidência da República era o mecanismo que proibia a reeleição presidencial. Os Estados tinham necessariamente que barganhar a cada quatro anos. Exemplo contrário a essa regra ocorria no Rio Grande do Sul, onde a lei permitia a reeleição. Por essa razão, Borges de Medeiros pôde perpetuar-se no controle político daquele Estado.¹⁷ Havia também o inconveniente de o ocupante do Catete intervir no processo de sua própria sucessão.

O fato de a eleição ser decidida previamente à consulta às urnas refletiu-se em baixíssimos níveis de competitividade eleitoral, resultando em desmobilização e apatia políticas entre a população. Em levantamento realizado sobre os índices de comparecimento às urnas e o total de votos obtidos pelos vencedores, percebem-se os limites da competitividade eleitoral do período. O maior índice de comparecimento foi de 5,7%, em 1930. A média geral permaneceu em torno dos 2,65%. Percebe-se, também, que as votações que apresentaram um maior nível de competitividade foram as que tiveram candidaturas de oposição e que dividiram mais equitativamente os grandes Estados. Foram os casos das eleições de 1910 (Hermes x Rui), a de 1922 (Bernardes x Nilo) e a de 1930 (Júlio Prestes x Vargas). As demais foram quase unânimes.

Diante das considerações acima esboçadas, pode-se dizer que, a partir da pesquisa realizada, existem subsídios para afirmar que o Estado de Minas Gerais teve no contexto da República Velha importância, tanto econômica quanto política, muito maior do que normalmente lhe é atribuída. Procurou-se nessas breves linhas reforçar argumentos anteriormente enunciados e apresentar algumas reflexões que reiteram a convicção de que o Estado nacional republicano, em seu período oligárquico, foi insuficientemente estudado e, por essa razão, permanece ainda pouco conhecido. Ficam essas breves linhas como um convite à curiosidade de novos pesquisadores.

Quadro 1 - Percentual de crescimento da representação parlamentar dos Estados na transição do Império para a República

Estado	Número de deputados/ Império	%	Número de deputados/ República	%	Relação Império/ República
São Paulo	9	7,37	22	10,52	+ 3,15
Rio Grande do Sul	6	4,91	16	7,65	+ 2,74
Minas Gerais	20	16,39	37	17,7	+ 1,31
Bahia	14	11,47	22	10,52	- 0,95
Rio de Janeiro	12	9,83	17	8,13	- 1,7
Pernambuco	13	10,65	17	8,13	- 2,52
Total	74	60,62	131	60,65	+ 2,03

Fontes: PEREIRA VIEIRA, Evantina. *Economia cafeeira e processo político: transformações na população eleitoral da zona da mata mineira (1850-1889)*. Dissertação (Mestrado) - UFPR, Curitiba, 1978, anexo 1; e ABRANCHES, Dunshee. *Governos e congressos da república: 1889-1917*. Rio de Janeiro: 1918. v. 1.

Quadro 2 - Ocupação de cargos ministeriais por Estado

Estado	Índices de ocupação geral (%) (a)	Índices de ocupação nos três ministérios mais importantes ¹⁸ (%) (b)	Médias entre colunas a e b
Minas Gerais	28,73	23,14	25,94
Rio Grande do Sul	20,69	16,65	18,67
São Paulo	21,39	14,00	17,7
Bahia	18,85	10,55	14,7
Pernambuco	12,33	8,2	10,27
Rio de Janeiro	11,16	5,92	8,54

Fonte: LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975. p. 130.

Quadro 3 - Ocupação de presidências de Comissões do Parlamento por Estado¹⁹

Estado	1891-1898	1899-1906	1907-1914	1915-1922	1923-1930	Total	%
MG	8	10	16	19	18	71	44,37
BA	8	10	0	0	1	19	11,87
SP	4	5	0	2	5	16	10
PE	4	1	1	3	1	10	6,25
RS	1	0	3	0	3	7	4,37
RJ	2	0	0	0	0	2	1,25

Fonte: WIRTH, John. *O fiel da balança*: Minas Gerais na federação brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 244.

Quadro 4 - População recenseada dos seis maiores Estados (1910-1930)

Estado	1910-1916	Percentual nacional	1917-1923	Percentual nacional	1924-1930	Percentual nacional
MG	5.242.397	19,57	6.122.363	19,08	6.880.942	18,64
SP	3.896.618	14,54	4.855.353	15,13	5.748.074	15,57
BA	2.995.754	11,18	3.440.398	10,72	3.845.997	10,42
RS	1.877.160	7,00	2.296.939	7,16	2.679.480	7,25
PE	1.869.649	6,97	2.260.633	7,04	2.611.890	7,07
RJ	2.408.413	8,99	2.844.365	8,86	3.307.996	8,96
Total	18.289.985	68,25	21.820.045	67,99	25.074.373	67,91

PS: Para a composição desta tabela, somamos os indicadores do Rio de Janeiro com os do Distrito Federal.

Quadro 5 - Produção industrial por Estado (1907 e 1920)

Estado	Percentuais em 1907	Percentuais em 1920	Média dos dois períodos
Rio de Janeiro	32,44	28,20	30,32
São Paulo	16,11	31,50	23,80
Rio Grande do Sul	10,35	11,00	10,67
Pernambuco	7,99	6,80	7,39
Minas Gerais	6,53	5,50	6,01
Bahia	6,60	2,80	4,7
Média	80,00	85,80	82,90

Fontes: CARONE, Edgar. *A República Velha: instituições e classes sociais*. São Paulo: Difel, 1975; JOBIM, José. *Brazil in the making*. New York: The Macmillan Company, 1943. p. 96.



"Politicagens". Aparecem entre outros: Arthur Bernardes (dentro do bonde), Antônio Carlos (na janela dianteira), José Bonifácio (em cima, à direita) e Mello Vianna, de braços dados com a Presidência de Minas representada como uma "melindrosa". Charge de Guevara (Crítica, 3-9-1929). In: LOREDANO, Cássio. Guevara e Figueroa: caricatura no Brasil nos anos 20. Rio de Janeiro: Funarte: Instituto Nacional de Artes Gráficas, 1988.

Notas |

1. ENDERS, Armelle. *Pouvoirs et federalisme au Brésil (1889-1930)*. Tese (Doutorado) - Sorbonne, Paris IV, 1993. cap. 6.1.

2. LOVE, Joseph. *A locomotiva*: São Paulo na federação brasileira: 1889-1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982; WIRTH, John. *O fiel da balança*: Minas Gerais na federação brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982; e LEVINE, Robert. *A velha usina*: Pernambuco na federação brasileira (1889-1937), Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

3. Aqui nos referimos aos seguintes exemplos: FRANCO, Afonso A. de M. *Um estadista na república*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1955; FRANCO, Virgílio A. Melo. *Outubro, 1930*. Rio de Janeiro: Schimidt, 1931; CAVALCANTI, Pedro. *A presidência Wenceslau Braz (1914-1918)*. Brasília: UNB, 1983; CARVALHO, Daniel de. *Capítulos de memórias*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957; CARVALHO, Daniel de. *Estudos e depoimentos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953; PEREIRA, Lígia M. L.; FARIA, Maria A. *Presidente Antônio Carlos: um Andrada da República, o arquiteto da Revolução de 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998; VALADÃO, Alfredo. *Campanha da Princesa*. Rio de Janeiro: Leuzinger S.A., 1937, volumes 1 a 4; LACOMBE, Américo J. Afonso Pena e sua época. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986; BARBOSA, Francisco de Assis. *Juscelino Kubitschek: uma revisão na política brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960.

4. FRISTCH, Winston. Apogeu e crise na Primeira República: 1900-1930. In: ABREU, Marcelo de P. (Org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Campus, 1989; e TOPIK, Steven. *A presença do estado na economia política do Brasil de 1889 a 1930*. Rio de Janeiro: Record, 1989.

5. PERESSINOTTO, Renato M. *Estado e capital cafeeiro*: burocracia e interesse de classe na condução da política econômica (1889/1930). Tese (Doutorado) - UNICAMP, Campinas, 1997.

6. HALLOWAY, Thomas H. *Vida e morte do convênio de Taubaté*: A primeira valorização do café. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978; MENDONÇA, Sônia R. de. *A primeira política de valorização do café e sua vinculação com a economia agrícola do estado do Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado) - UFF, Niterói, 1977; e VISCARDI, Cláudia M. R. Minas Gerais no Convênio de Taubaté: uma abordagem diferenciada. In: III Congresso Brasileiro de História Econômica e IV Conferência Internacional de História de Empresas. *Anais da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica*. Curitiba: UFPR, 1999.

7. Aqui nos referimos principalmente a: KUGELMAS, Eduardo. *Difícil hegemonia*: um estudo sobre São Paulo na Primeira República. Tese (Doutorado) - USP, São Paulo, 1986; ENDERS Armelle. *Pouvoirs et federalisme au Brésil (1889-1930)*. Tese (Doutorado) - Sorbonne, Paris IV, 1993; FERREIRA, Marieta M. Em busca da Idade do Ouro. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994; PERESSINOTTO, Renato M. Estado e capital cafeeiro: burocracia e interesse de classe na condução da política econômica (1889/1930). Tese (Doutorado) - Unicamp, Campinas, 1997; MENDONÇA, Sônia R. de. *O ruralismo brasileiro (1888-1931)*. São Paulo: Hucitec, 1997.

8. Foram pesquisadas as seguintes coleções: Afonso Pena e Afonso Pena Júnior (Arquivo Nacional); Wenceslau Brás, Raul Soares e Ribeiro Junqueira (Arquivo do CPDOC- Fundação Getúlio Vargas); Rui Barbosa (Arquivo da Fundação Casa de Rui Barbosa); Rodrigues Alves e Epitácio Pessoa (Arquivo do Instituto Histórico-Geográfico Brasileiro); Arthur Bernardes e João Pinheiro (Arquivo Público Mineiro); Júlio Bueno Brandão (Correspondências reproduzidas e impresas no livro de Guerino Casasanta, *Correspondência de Bueno Brandão*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1958).

9. VISCARDI, Cláudia. *Teatro das oligarquias*: uma revisão da política do café com leite. Belo Horizonte: C/Arte, 2001. p. 22.

10. Acerca das disputas internas mineiras ver: VISCARDI, Cláudia M. R. Elites políticas mineiras na Primeira República brasileira: um levantamento prosopográfico. *Anais das Primeiras Jornadas de História Regional Comparada*. CD-ROM. Porto Alegre: 2000; VISCARDI, Cláudia M. R. Minas de dentro para fora: a política interna mineira no contexto da Primeira República. *Locus*, Revista de História, Juiz de Fora, EDUFJF, v. 5, n. 2, 1999; VISCARDI, Cláudia. Elites políticas em Minas Gerais na Primeira República. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, v. 8, n. 15, p. 39-56, 1995; RESENDE, Maria E. L. de. *Formação e estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM, 1889-1906*. Belo Horizonte: UFMG, 1982; WIRTH, John. *O fiel da balança*: Minas Gerais na federação brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

11. A este respeito ver: CASALECCHI, José Ênio. *O Partido republicano paulista: 1889-1926*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

12. Para o caso do Rio de Janeiro, ver: FERREIRA, Marieta M., *op. cit.*; para o caso de Minas Gerais, ver: WIRTH, John, *op. cit.*; para o caso do Rio Grande do Sul, ver: TARGA, Luiz R. (Org.). *Breve inventário de temas do sul*. Porto Alegre: UFRGS; FEE; Univates, 1998; para o caso de Pernambuco, ver: LEVINE, Robert, *op. cit.*

13. Uma síntese deste tema pode ser encontrada em: VISCARDI, Cláudia M. R. Minas Gerais no Convênio de Taubaté: uma abordagem diferenciada, *op. cit.*

14. Acerca do Rio de Janeiro ver: FERREIRA, Marieta de M., *op. cit.*; MENDONÇA, Sônia R. de., *op. cit.*; e PINTO, Surama C. S. *A correspondência de Nilo Peçanha e a dinâmica política na Primeira República*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

15. Composição relativa das Exportações Brasileiras (percentuais). Fonte: HGCB, volume III, São Paulo, Difel. Embora a borracha tenha sido importante elemento na pauta de exportações brasileira, esta importância se deu durante um curto período.

16. Algumas sucessões iniciaram-se tardiamente, ou seja, no terceiro ano de governo. Foram elas: a de Hermes da Fonseca, a de A. Bernardes e a de Washington Luís. Quanto à duração, muito embora a média fosse de seis meses, a de R. Alves (1906) durou cerca de um ano, e as três ocorridas entre 1916 e 1921 (Wenceslau, a segunda de R. Alves e a de Epitácio) duraram apenas dois meses.

17. FRANCO, Afonso A. de M. *Um estadista na república*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1955. p. 478.

18. Os três ministérios considerados no período como os mais importantes eram: Fazenda, Viação e Obras Públicas e Interior e Justiça.

19. Foram computadas as seguintes comissões parlamentares: Obras Públicas, Finanças, Poderes e Justiça.

Cláudia Maria Ribeiro Viscardi é doutora em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), professora adjunta do Departamento de História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e professora do programa de Pós-graduação em História da mesma universidade.